

HEROÍNAS NEGRAS: análise do livro enquanto proposta para um ensino de sociologia antirracista

HEROÍNAS NEGRAS: book review as a proposal for the teaching of an anti-racist sociology

Rayza Almeida da Hora Silva¹

UFPE: <https://orcid.org/0000-0002-3601-8443>

Tatiane Oliveira de Carvalho Moura²

UFCG: <https://orcid.org/0000-0002-2340-0352>

DOI: [10.21680/1982-1662.2023v6n37ID31711](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2023v6n37ID31711)

Resumo

Em 2023, a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, completa vinte anos de existência. Nesse sentido, neste artigo apresenta-se uma possibilidade de mediação didática para o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Tal mediação foi pensada a partir da obra de Arraes, "Heroínas Negras Brasileiras" (Arraes, 2020), mesclando elementos da literatura cordelista com saberes sociológicos, visando pavimentar o caminho para uma Sociologia antirracista. É importante ressaltar que este projeto ainda não foi aplicado em sala de aula, mas foi concebido levando em consideração a nova realidade do docente em Sociologia. Dessa forma, o trabalho articula saberes, utilizando o cordel como uma ferramenta em sala de aula, estimulando a ludicidade e a imaginação sociológica (Mills, 1982) do estudante.

Palavras-chave: Lei 10.639. Ensino de Sociologia. Cordel. Jared Arraes.

¹ E-mail: rayzaa35@gmail.com

² E-mail: moura.tatiane@hotmail.com

Abstract

In 2023, Law 10.639, which makes the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture mandatory, completes twenty years of existence. In this sense, in the wake of this emblematic date, this article presents a possibility of didactic mediation for teaching Sociology in upper secondary education. Such mediation was conceived from the work of Arraes, *Heroínas Negras Brasileiras* (Arraes, 2020), mixing elements of cordelist literature with sociological knowledge, while paving the way for an Anti-racist Sociology. It's important to say that this project still wasn't applied in classroom, but it was conceived taken care of the new reality from the perspective of Sociology. This time, the work articulates knowledge, as it brings the string as a third way in the classroom, stimulating playfulness and the student's sociological imagination.

Keywords: Law 10,639. Teaching of Sociology. Twine. Jared Arraes.

Introdução

No ano de 2003 foi criada a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história afro-brasileira e africana em todos os níveis do ensino; a ideia da lei não seria tornar a prática docente conteudista, mas trazer com exemplos práticos o quão amplo a temática racial pode ser. Como coloca Munanga (2015), a historiografia brasileira ainda está distante de representar de modo correto as relações de poder, dominação, construção de subjetividades e valorização dos povos negros. Ainda há no imaginário popular a imagem de África reduzida à exploração e a extrema pobreza, negando à população desse continente o direito a uma história própria que começasse antes das grandes navegações (Carmo; Oliveira, 2012).

Destarte, Munanga (2020) discorre ainda que a exclusão social é um elo que une a população negra independente de sua classe social, assim, não seria simplificar o problema dizer que a situação do negro no Brasil vai muito além da questão econômica; ao separar a análise de raça, classe e gênero, comete-se um erro metodológico que dificulta análise e os condena ao beco sem saída de uma explicação puramente economicista. Então, como superar esse status? Como os docentes podem contribuir para uma educação plural que não só combata o racismo, mas que seja

antirracista?

Paulo Freire (2020) acreditava que as práticas usadas em sala de aula poderiam limitar o entendimento e privilegiar certos grupos em detrimento de outros como uma “concepção bancária da educação”. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2020) revela que a educação pode servir como instrumento de empoderamento ou de privação dos direitos. A educação bancária é nociva, pois os estudantes podem internalizar o conhecimento desigual e reproduzir o lugar pelo qual foi atribuído na hierarquia social. Uma saída para essa educação bancária que limitaria a práxis docente e reproduziria uma sociedade desigual foi proposta pelo autor como uma pedagogia crítica. Essa pedagogia consiste em analisar o mundo de forma dialógica, estimulando a criticidade na educação, afinal como coloca o autor: “não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico” (Freire, 2020, p.36).

Há um consenso entre os pesquisadores do Ensino de Sociologia no Brasil no reconhecimento de que, durante a sua trajetória no Ensino Médio, a Sociologia sofreu um longo caminho de intermitências (Bodart, 2021), (Ileizi, 2010), todavia, desde 2008, a então disciplina se consolida no currículo escolar. Contudo, com o surgimento da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), há uma junção em blocos do que o documento chama de área do saber, restringindo a carga horária da Sociologia para apenas um dos três anos de Ensino Médio. Então, como o professor trabalharia de forma plena o seu conteúdo em sala de aula em tão pouco tempo ao passo que contribua para uma formação cidadã que seja antirracista? Qual papel e importância do professor de Sociologia no combate às desigualdades? É isto que tentaremos debater ao longo das páginas a seguir.

Pensando numa forma de auxiliar a prática docente, trouxemos à tona o exemplo da escritora e pesquisadora cordelista Jarid Arraes, que traz em suas obras representatividade de um modo acessível a todos os públicos, em especial ao público jovem. O objetivo do trabalho é trazer uma possibilidade que pode posteriormente ser aplicada em sala de aula. Aqui, no entanto, não faremos um relato de experiência, sendo tão somente uma proposta para que a Sociologia seja mais um componente curricular antirracista. As obras de Arraes são um exemplo de que para se trabalhar com a temática racial em sala de aula não precisamos esperar pelo 13 de maio ou 20

de novembro.

Então, trazer uma historiografia plural com exemplos coloridos em sala de aula é mais do que inclusão, é equidade. Por isso, trouxemos essa ideia de intervenção para os docentes em Sociologia, a literatura em cordel como aliada no cotidiano das aulas. Desta feita, analisaremos o livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis* publicado pela autora Jarid Arraes em 2020. Por isso, este texto é voltado, especialmente, para docentes de Sociologia na educação básica. Com essa proposta, o professor pode aplicar em sala de aula e incitar uma educação antirracista usando a literatura em cordel como aliada. Dessa maneira, analisaremos o livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis*, publicado por Arraes em 2020 e, a partir disso, traçamos uma proposta para o ensino de sociologia em específico.

Como o título sugere, o livro traz histórias de mulheres negras históricas e brasileiras. Como nos explicam Collins e Bilge:

Normalmente, as afro-brasileiras de origem mista ou com características físicas mais europeias são consideradas mais atraentes. Além disso, em geral as mulheres de visível ascendência africana são construídas como não sexualizadas [...] ou, ao contrário, como prostitutas. A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade (Collins; Bilge, 2021, p.42).

Nesse sentido, a importância de trabalhar essa temática se dá porque a discriminação racial e de gênero age na vida de mulheres negras diminuindo suas perspectivas de vida, e esperanças de futuro (Collins; Bilge, 2021). Assim, ao trazer mulheres negras como referências positivas, mostrando-as como intelectuais, por exemplo, o exercício em sala de aula serve para desmistificar esse lugar de opressão. Além disso, o livro de Arraes é importante por colocar em lugar de destaque história de mulheres negras que não são amplamente conhecidas e trazer – como indicado na Lei 10.639/03 – exemplos de figuras importantes para a historiografia negra no nosso país.

Quem é Jarid Arraes?

Jarid Arraes é poeta, escritora e cordelista, nascida no Rio Grande do Norte em 12 de fevereiro de 1991, e atualmente tem 32 anos de idade. Seu contato com a arte, mais especificamente a arte nordestina, se deu desde a infância, já que seu avô e seu

pai trabalhavam como cordelistas e xilogravadores. O seu amor pela literatura a fez perceber que nos livros que lia e nas referências que procurava, há exemplos de, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Leminski, Manuel Bandeira e Ferreira Gullar, faltava representação feminina e quando se falava de mulheres negras, esse hiato era ainda maior (Arraes, 2017, p. 1).

Assim, Jarid Arraes tentou ser a referência que não encontrava e começou seus estudos para publicação de obras que retratam mulheres reais. Aos vinte anos de idade começou a fazer parte do corpo editorial do Blog Mulher Dialética e em 2013 começou a colaborar com outras autoras feministas negras. Em 2017, a autora publica o livro aqui analisado, *Heroínas Negras Brasileiras*, que traz a história de 15 mulheres históricas e como elas foram fundamentais para a construção da sociedade brasileira tanto no pós-abolição quanto na construção da república. Em 2015, Arraes publica seu primeiro livro de prosa, *As lendas de Dandara*, que esgotou em menos de um ano de lançamento.

Em julho de 2018, Jarid Arraes lança seu primeiro livro de poesia *Um buraco com meu nome* e em outubro do mesmo ano a autora teve o livro *As lendas de Dandara* traduzido para o francês e publicado na França com o título *Dandara et les esclaves libre*; este lançamento resultou em uma turnê em cidades francesas e a participação de eventos na capital do país l'Amérique latine, em Rennes, em La Rochelle, no Musée du Nouveau Monde, e em Lille, na Le Bateau Ivre. Em Julho de 2019 a autora lança na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) o livro *Redemoinhos em um dia quente*, consagrando Jarid Arraes como um dos grandes nomes da literatura na atualidade.

Desta feita, tivemos a ideia de trazer a obra *Heroínas Negras Brasileiras* como forma de possibilidade para o professor de Sociologia trabalhar em sala de aula, aproveitando o tempo e trazendo interdisciplinaridade para suas aulas.

Possibilidades para um ensino de sociologia antirracista

Quais são limites e possibilidades para a construção de uma Sociologia na educação básica que seja antirracista? Sabe-se que tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais (1996) quanto a Base Comum Curricular (2017) instruem o ensino de questões raciais dentro da sala de aula do ensino médio e a Sociologia pode ser uma aliada para fomentar essa discussão. Afinal, as Ciências Sociais tem uma ampla gama

de produção para o combate ao racismo e a discriminação racial, além de uma extensa produção sobre a situação do negro no Brasil.

Apesar do potencial da Sociologia como aliada na construção de uma educação básica antirracista, é importante reconhecer os limites em relação à ampliação do cânone sociológico. O componente curricular muitas vezes não incorpora de maneira significativa teorias e pesquisas de autores e tradições intelectuais não dominantes, reforçando assim a hegemonia do conhecimento produzido pelo Norte global. Essa exclusão e marginalização dificultam uma compreensão mais abrangente das questões raciais e a promoção de uma perspectiva antirracista (Kilomba, 2019).

Para que a Sociologia na educação básica seja antirracista, é importante que se leve em conta a diversidade de perspectivas e teorias, incluindo aquelas produzidas por autores brasileiros e de outros países periféricos. Dessa forma, será possível uma abordagem mais crítica e abrangente da sociedade, que leve em conta a diversidade cultural e as experiências de diferentes grupos sociais.

Ao trazer a Jarid Arraes como exemplo de mulher negra produzindo conhecimento no espaço acadêmico, abrimos a possibilidade de discussão sobre o cânone sociológico e a chamada epistemologia negra. Kilomba (2019, p. 56) aponta como pessoas negras e brancas experienciam a realidade de modo diferente, pois “corpos brancos, ao contrário de corpos racializados, são construídos como próprios, são corpos que estão no lugar, em casa, são corpos que pertencem”. Essa realidade não se aplica a pessoas negras, afinal, a autora segue falando:

Na escola, lembro de crianças brancas sentadas na frente da sala de aula, enquanto as crianças negras se sentavam atrás. De nós, dos fundos da sala, era exigido que escrevêssemos as mesmas palavras das crianças à frente “porque somos todos iguais”, dizia a professora. Nos pediam para ler sobre a época dos “descobrimientos portugueses”, embora não nos lembrássemos de termos sidos descobertos/as. Pediam para que escrevêssemos sobre o grande legado da colonização, embora só pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam para que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes (Kilomba, 2019, p.65).

O que fica destacado são os prejuízos causados à construção da identidade negra quando o ensino não considera as relações raciais de forma abrangente. A autora argumenta que instituições educacionais, como escolas e universidades, possuem uma estrutura de validação do conhecimento científico, o que é considerado credível comumente é o que está dentro da paridade branca, negligenciando a

produção e os saberes de povos racializados. Essa validação é predominantemente feita por indivíduos brancos que ocupam posições de poder no âmbito acadêmico. A autora segue explicando que nesta perspectiva “qualquer forma de saber que não se enquadre na forma eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada sob o argumento de não ser ciência credível” (Kilomba, 2020, p. 53).

É fundamental valorizar e incluir teorias sociológicas e perspectivas de diferentes partes do mundo, especialmente aquelas produzidas por autores negros e de tradições intelectuais periféricas. A diversificação do cânone sociológico permite uma compreensão mais completa das dinâmicas sociais, das experiências e das lutas antirracistas. Além disso, é necessário promover uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder presentes na produção e disseminação do conhecimento sociológico, de forma a ampliar as vozes e perspectivas historicamente marginalizadas.

Sobre os benefícios de uma educação que dê conta das demandas raciais, Gomes (2018) coloca:

Trata-se de uma nova forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o princípio de sua conformação social. Significa a intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionada a negros e negras ao longo da história da vida na sociedade, nos processos de produção e reprodução da existência. Ou seja, não se trata de ações intuitivas, mas de criação, recriação, produção e potência. A vivência da raça faz parte dos processos regulatórios de transgressão, libertação e emancipação vividos pelos africanos e seus descendentes (Gomes, 2018, p.62).

O segundo passo posto por Gomes (2001) seria a criação e aplicação de leis que garantam e incentivem o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; como já foi exposto anteriormente, a Lei 10.639/03 foi criada pensando na valorização da cultura afro em nosso país. No ano de 2023, a lei supracitada completa vinte anos de existência e, agora, o movimento negro, as instituições e pensadores das relações raciais no Brasil se voltam para esse debate.

O objetivo da Lei 10.639/03 é a criação de espaços que viabilizem e valorizem a história e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. No que diz respeito às práticas docentes, os sujeitos diretamente envolvidos com a aplicação da lei são provocados a (re)pensar suas práticas profissionais ao passo que devem questionar certos princípios fundadores de suas formações o que, em certo ponto, representam

em última instância uma ruptura ou oposição em relação aos seus conhecimentos pedagógicos e epistemológicos reunidos em sua vivência escolar.

O último passo do guia seria a revisão do currículo (Gomes, 2001), de forma que englobasse um público maior de pessoas e histórias. Nesta perspectiva, reafirmamos a importância deste artigo trazer o cordel como aliado do professor de Sociologia no dia a dia escolar. Pensar como esta literatura pode aguçar e contribuir para que o estudante desperte o gosto pela leitura e use o material como forma a complementar o conteúdo que já seria ministrado em sala de aula. O cordel seria uma terceira via na sala de aula, estimulando a ludicidade e a imaginação sociológica (Mills, 1982) discente.

Oliveira (2014) aponta as dificuldades que o professor de Sociologia no ensino médio encontra em fazer a ponte entre conhecimento social para sociológico e traduzir esses fatos para uma turma de ensino médio. Todavia, o componente é muito importante no dia a dia escolar, com as lentes sociológicas o estudante de ensino médio é instigado a pensar e fazer uma leitura e análise crítica da realidade social, tal qual aponta Costa: “o conhecimento sociológico é mais profundo e amplo do que a simples formação técnica – representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual se manifesta” (Costa, 1990, p. 07).

Munanga, sobre a construção da identidade brasileira, afirma: “O discurso sobre a construção da identidade nacional se desencadeia claramente depois da independência do país, colocou-se a questão de conhecer o passado para compreender o presente e projetar o futuro” (Munanga, 2015, p. 29); todavia, que futuro é esse que estamos projetando sobre as crianças? Como as instituições estão se comportando frente à urgência das demandas das temáticas raciais? Refletindo sobre isso, surgiu a ideia deste artigo, celebrando a obra da Jarid Arraes e fazendo apontamentos para o ensino de Sociologia.

As Ciências Sociais estimulam uma nova postura frente ao mundo, uma nova forma no agir, no pensar; o contato dos estudantes de ensino médio com as teorias das Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – fornecerá base para criação do pensamento crítico e exercício do que chamamos de imaginação sociológica (Mills, 1982). O objetivo da Sociologia não é a exposição do conteúdo com o fim em si mesmo, mas passar esse material de modo dialógico, combinado com a realidade do

estudante e da comunidade que o cerca. Em defesa da Sociologia no ensino médio, Florestan Fernandes destaca:

O ensino das Ciências Sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano, baseadas em uma compreensão racional entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social (Fernandes, 1954, p. 96).

Sendo assim, o trabalho pedagógico feito em sala de aula, os projetos e sequências didáticas voltados para a vida dos educandos, as suas realidades e biografias, são articulados de forma que seja entendido como se dá a relação entre os condicionantes sociais e as trajetórias individuais desses estudantes; de forma que se entenda os limites entre o que é trajetória pública e privada. De acordo com Oliveira, a Sociologia está presente “no reconhecimento do contexto social, histórico e cultural” (Oliveira, 2011, p. 33), então seria uma conquista para o professor de Sociologia fazer com que se esse estudante se perceba enquanto sujeito histórico e, mais do que isso, reflita sobre si próprio com uma ótica crítica e expansiva.

Ainda na perspectiva da importância da Sociologia em se apropriar dos contextos sociais, Guimarães Neto, Guimarães e Assis (2012), apontam que a realidade do estudante pode ser um lugar privilegiado no exercício da mediação em sala de aula, usando as lentes sociológicas para “afastar” o discente da realidade em que vive para criar novas maneiras de olhar as “mesmas coisas”. Sobre esse fato, nos aponta Barbosa:

Neste sentido, uma das primeiras sugestões que se aponta para a prática do professor de Sociologia é trabalhar com os temas propostos pelo viés do campo científico – sendo um elemento indispensável ao reconhecimento –, mas que contenham contribuições para a vida. (Barbosa, 2020, p. 128)

Tratando-se da Sociologia, componente curricular que tem histórico de intermitência no nível médio, é importante falar sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus apontamentos. A BNCC começou a ser pensada no ano de 2013 tendo primeiro sua efetivação no ensino fundamental, em 2017 e, no ano seguinte, passou a valer para o ensino médio; o documento coaduna com o momento histórico do Brasil e com a Reforma do Ensino Médio (E.M) promovendo uma reforma curricular.

Se tínhamos matérias isoladas no currículo e a Sociologia apresentada – ainda que apenas uma vez na semana – em todas as três séries do E.M., com a vigência da BNCC temos a compactação das disciplinas em áreas do saber e a Sociologia ofertada apenas em um dos três anos de ensino. Apenas Língua Portuguesa e Matemática ficam como disciplinas obrigatórias e específicas, as demais se juntam em blocos. Sociologia, foco deste trabalho, se junta com a Geografia, História e Filosofia na chamada área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Para facilitar essa transição, no ano de 2015 o Governo Federal lançou as Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC) para promover a comunicação entre nível básico-médio e superior. O documento veio para orientar a forma como os licenciandos estão sendo formados e a formação continuada de professores. Além disso, o documento fala sobre a importância de alterar os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de nível básico-médio e superior visando um campo de trabalho melhor para o professor.

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base 6 comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a): I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho; (Brasil, 2015, p. 6).

Como o professor de Sociologia dará conta de passar os conteúdos ao passo que garante as exigências da BNCC e das DNC? Não temos espaço para trabalhar essa discussão, mas trouxemos neste trabalho um aliado para o professor de Sociologia na construção de suas aulas: a literatura em cordel. Como a própria literatura oficial aponta a importância de trabalhar com a vivência e a realidade sociocultural dos estudantes, trazer a diversidade racial é um fator importante neste cenário.

Por mais que a BNCC aponte que o professor deve trabalhar com a diversidade “acolhimento às diferenças entre as pessoas e povos, tendo em vista promoção do convívio social e o respeito universal às pessoas, ao bem público e à coletividade” (Brasil, 2018, p. 567); ainda é insuficiente a forma que isto é colocado ao longo do documento. Em diferentes momentos, esse trabalho com a diversidade é tratado,

ainda assim, e trazido de forma genérica, sem especificidade, o que pode ser um reflexo do desmonte das disciplinas, mas diverge dos princípios apontados tanto na Lei 10.639/03, quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Raciais.

1. [...] devem considerar a experiência dos alunos e professores, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais. Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Ressalta-se, também, na formação da sociedade brasileira, a presença de diferentes povos e culturas, suas contradições sociais e culturais e suas articulações com outros povos e sociedades. [...] A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. [...] Problematicando a ideia de um “Outro”, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia (BRASIL, 2018, p. 401).
2. Retomando as grandes temáticas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, pode-se dizer que, do 1º ao 5º ano, as habilidades trabalham com diferentes graus de complexidade, mas o objetivo primordial é o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”. Há uma ampliação de escala e de percepção, mas o que se busca, de início, é o conhecimento de si, das referências imediatas do círculo pessoal, da noção de comunidade e da vida em sociedade. Em seguida, por meio da relação diferenciada entre sujeitos e objetos, é possível separar o “Eu” do “Outro”. Esse é o ponto de partida (Brasil, 2018, p. 404).

O estudo Brasil-África fica apresentado às margens e o docente em Sociologia, o qual já tem a carga horária reduzida, encontra-se frente a mais uma barreira dentro da sua sala de aula. Embora a Sociologia tenha as ferramentas necessárias para estimular a criticidade, a imaginação sociológica (Mills, 1982) e oferecer ao estudante novas lentes para “ler” o mundo, sem o tempo de trabalho adequado pouco pode ser feito.

O ensino médio constitui um espaço importante de aprendizado e complementares para a realização juvenil, como coloca Bernardim e Silva (2017), sendo assim, esse professor de Sociologia deve estar preparado para trabalhar com a temática racial no eixo da formação identitária e profissional do estudante. Por isso, esses saberes pedagógicos que rompem com uma educação bancária são tão importantes, como coloca Silva: “O currículo é definido como conjunto de

conhecimentos, competências e habilidades traduzidas como expectativa de aprendizagens” (Silva, 2021, p. 89). Complementando o que foi posto pela BNCC e a Lei 10.639/03, temos algumas orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) que discorre:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender e reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (Brasil, 2004, p. 6).

Sendo assim, pensamos a obra da Jarid Arraes como forma de possibilidade no trabalho da temática racial na sala de aula de Sociologia no ensino médio, mais especificamente o livro *Heroínas Negras no Brasil* como elemento agregador para ensinar sobre mulheres negras históricas e inserir novos exemplos na vida dos estudantes.

Como discorre Florestan Fernandes (2008), a base da sociedade brasileira foi construída pelas relações de raça, nada mais justo do que a Sociologia trabalhar com essa temática no dia a dia escolar. Diante disso, endossamos o que foi posto por Cruz, Oliveira e Lins (2016):

Não existe uma receita pedagógica para orientar e propor ações didáticas para o fazer antirracista no ensino de Sociologia. Essa proposta seria uma pretensão que não levaria em conta os diversos contextos sociais e pedagógicos escolares e universitários, como também não consideraria o fato de que são os docentes, mergulhados nos processos de ensino-aprendizagem, que devem, sabem e podem construir um conhecimento escolar em sociologia antirracista (Cruz; Oliveira; Lins, 2016, p. 52).

Então, levando em consideração o objetivo da Lei 10.639/03, defendemos a importância do trabalho da temática racial nas salas de aula de Sociologia pensando como a Sociologia deve ser o instrumento lapidador das informações que esses estudantes trazem para a sala de aula. A voz dos professores deve ser uma arma

poderosa no combate ao racismo, preconceito e toda forma de discriminação racial. E, por mais que existam livros didáticos obrigatórios a serem trabalhados em sala, pensar em trazer documentos à parte para ajudar na construção da aula deve ser estimulado.

Heroínas Negras, quem são?

Antes de começarmos a discussão, de fato, da nossa proposta de intervenção pedagógica, ressaltamos que esse texto não foi aplicado em sala de aula, ele é, como já fora apresentado, uma proposta. Pensando nos 20 anos da Lei 10.639/03 e como a Sociologia foi afetada nos últimos anos, trouxemos o cordel como um aliado ao docente na aplicação de suas aulas.

Aqui, buscamos trazer um breve panorama sobre as heroínas negras apresentadas de modo simples pela Arraes (2020). Em primeiro lugar, atrevemo-nos a falar que não seriam 15 mulheres apresentadas, embora sejam 15 cordéis; quando a autora faz sua apresentação e reafirma sua posição de mulher negra que tenta ampliar o nosso conhecimento de mundo sobre a historiografia oficial de forma leve, nos permite inferir que são 16 mulheres no livro supracitado.

A autora traz em seus versos não só a representatividade negra, mas uma crítica ao nosso sistema de ensino que não evidencia as grandes figuras históricas que tivemos. Se um dos objetivos da Sociologia, de acordo com a Parâmetro Nacional Curricular, seria a “desnaturalização e estranhamento da realidade” a obra da Arraes nos mostra que isso é possível, dando asas à imaginação sociológica dos estudantes (Mills, 1982) e trazendo conscientização nas relações entre historiografia, estrutura social e relações raciais.

Nos contaram que escravos
 Não lutavam nem tentavam
 Conquistar a liberdade
 Que eles tanto almejavam
 E por isso que passivos
 Os escravos se encontravam
 A mentira propaganda
 Me dá nojo de pensar
 Pois era do povo negro
 A força para enfrentar

Com imensa inteligência
Planejar e conquistar
(...)
(Arraes, 2020, p. 137)

A escrita sobre uma nova história referente ao ensino de África e Brasil ressignifica e tenta reparar anos de um ensino que não foi justo com a população afro-brasileira. O currículo irá marcar um processo que cumpre um compromisso oficial que permite, por vezes, a ressignificação dos saberes na formação dos professores. Goodson (2007) coloca que o currículo escrito nos traz um roteiro para a retórica legitimadora da escolarização, à medida que esta mesma retórica fosse promovida através de alocação de recursos, proporciona um testemunho, uma fonte documental, um mapa sujeito a modificações.

Nesta perspectiva, o currículo se apresenta como um dos principais roteiros para a estrutura acadêmica e escolar e carrega consigo diversas representações sociais, tendo o poder de reforçar estigmas ou romper com paradigmas sociais. Silva (1999) discorre que, uma vez que o currículo trate de forma superficial as questões sobre diversidade cultural, o ciclo de estigmas que carregamos em nossa sociedade não vai ser rompido. Sabemos que é importante o trabalho com o livro didático e documentos oficiais em sala de aula, todavia, a leitura complementar sobre vida e obra de mulheres negras pode ser um bom aliado para a construção de uma educação plural.

Sabe-se que há uma escassez de dados referente ao passado negro do nosso país, não temos acesso a fontes que nos permitam dizer quem são nossos heróis e quando o assunto são heroínas os dados que já são poucos se tornam quase inexistentes. Diante disso, a Arraes tinha um desafio pela frente: Como trazer a história oficial dessas mulheres mesmo com poucos dados sobre elas? Como essas histórias seriam contadas? E a resposta a essas perguntas veio em forma de cordel.

No cordel, a autora encontrou um modo de honrar a sua ancestralidade nordestina ao passo que prestava homenagens às mulheres históricas. No tocante às personagens, a autora não assume um “padrão”, afinal cada história é única, e cada heroína traz consigo um exemplo diferente de superação, contudo duas coisas unem essas pessoas: o gênero e a raça.

Não seria esse o objetivo de uma educação antirracista? Não deixar para trabalhar com atores negros em datas específicas, mas trazer à tona nas diversas aulas contribuições de pessoas negras no nosso país. O que a Arraes (2020) põe em seu texto, além da personalidade dessas mulheres, é uma base rica em conteúdo para nos guiar em uma educação plural. Depois do cordel finalizado, a escritora dedica uma página para fazer um resumo biográfico das mulheres apresentadas, o que torna o livro ainda mais interessante.

Sobre exemplos de transgressão temos Maria Carolina de Jesus, Esperança Garcia e Maria Firmina dos Reis.

Carolina é um tesouro
 Para o povo brasileiro
 É orgulho para mulheres
 Para o povo negro inteiro
 Referência como exemplo
 De valor testaneiro

Muito mais há publicado
 Sobre a vida da escritora
 Os seus livros de poemas
 De provérbios pensadora
 Abra o seu conhecimento
 Que ela é merecedora.
 (Arraes, 2020, p. 42)

Carolina Maria de Jesus foi uma autora negra que rompeu com o padrão de literatura convencional e comoveu o mundo com seu livro *Quarto de despejo* (1960); Arraes coloca como a vida e obra de Carolina Maria de Jesus foi um exemplo de superação e coragem.

O segundo exemplo retirado do texto seria a Esperança Garcia, mulher negra escravizada alfabetizada pelos Jesuítas, que após a vitória do Marquês de Pombal sobre os jesuítas foi vendida para trabalhar como cozinheira numa fazenda de algodão e ousou em escrever cartas denunciando os maus-tratos sofridos por escravizados. Esse ato de escrita é considerado por muitos advogados e estudiosos do direito como uma petição, levando Garcia a ser considerada a primeira advogada brasileira.

No dia 6 de setembro
 Sua carta foi mandada
 Com palavras de apelo
 E linguagem explicada
 Esperança que pedia
 Por urgente salvaguarda.
 O presidente da província
 foi quem leu o documento
 Que continha em suas linhas
 A denúncia do momento
 Pois a dor de Esperança
 Vinha de seu sofrimento.
 (Arraes, 2020, p. 58)

Um terceiro exemplo levantado neste trabalho é a Maria Firmina Reis, a primeira romancista brasileira. Maria Firmina assumiu um posto de pioneirismo, pois também foi a primeira mulher negra concursada como professora no estado do Maranhão. Em paralelo ao trabalho docente, Maria Firmina seguia trabalhando com arte e em 1859 publicou o romance intitulado *Úrsula*, que tinha o teor abolicionista característica da vida da autora. Em 1880, Maria Firmina se aposenta e funda uma escola para meninos e meninas em Mossoró, município do Rio Grande do Norte, todavia a escola teve que ser fechada por causa do machismo da época.

A primeira romancista
 Que foi negra e nordestina
 Soube usar com esperteza
 O fulgor da sua sina
 Trabalhou suas palavras
 Mesmo sendo Clandestina.
 Porque de dificuldades
 Sua vida foi inteira
 Até mesmo pseudônimo
 Foi sua opção primeira
 Como “Uma maranhense”
 Assinou sua trincheira

Em obras literárias
Ela sempre demonstrou
O seu abolicionismo
Que na escrita assinalou
E a sua origem negra
Com certeza honrou
(Arraes, 2020, p. 109)

Os versos escritos por Arraes nos mostram grandes feitos realizados por mulheres negras e podem ser uma ferramenta importante no dia a dia escolar. A literatura em cordel pode ser uma aliada para o professor de Sociologia, pois informa de um modo lúdico e criativo sobre fatos reais que ocorreram no Brasil, como aponta Curran: “os poemas de acontecido do cordel existem como crônica poética popular, de fato, documentando uma história popular que engloba cem anos da realidade brasileira” (Curran, 2001, p. 27). E podem ser aliados no estímulo à imaginação sociológica (Mills, 1982) dos sujeitos.

Além disso, por ser diferente dos textos formais regularmente trabalhados em sala de aula e fugir à regra de leitura apresentada nos livros didáticos, os cordéis podem estimular a leitura dos estudantes. Os cordéis da Arraes não são de difícil compreensão, a autora apresenta uma linguagem próxima da juventude e pode ser usada como complemento ao conteúdo formal administrado em sala de aula.

Este trabalho sugere o uso do cordel em sobreposição ao manual como mais um aliado na jornada docente, apresentando como mais um recurso o conteúdo preparado pelo professor. Então, por fim, segue as intervenções que pensamos usar em sala de aula.

Propostas para trabalhar com o livro *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis em sala de aula*

Primeira proposta

Análise de conteúdo mediada em sala de aula: O professor de Sociologia pode conversar com os estudantes sobre as condições sociais que as mulheres negras enfrentam no Brasil ao longo da história e quais as possibilidades de superação das desigualdades sociais apresentadas. Como cada cordel do livro *Heroínas Negras*

Brasileiras em 15 Cordéis é trabalhado sobre mulheres diferentes, com condições históricas distintas, o tema pode ser abordado em aulas sobre desigualdade social, gênero e sexualidade, movimentos sociais e outros temas relacionados. Isso dependerá da criatividade e da formação do professor.

Autores como: Rosa e Ribeiro (2020), Kilomba (2019) e Alatas e Sinhá (2017) reforçam como as produções feitas no Norte do globo ainda possuem posição privilegiada dentro das Ciências Sociais, enquanto produções feitas fora desse polo acadêmico e geográfico tendem a ficar subjugadas. A margem não é vista apenas como um espaço periférico de conhecimento, mas como um espaço de perda e privação (Kilomba, 2019). Sobre os possíveis danos apontados pela construção do cânone, Alatas e Sinhá (2017) argumentam que é importante considerar teorias sociológicas menos conhecidas e marginalizadas, de autores de diferentes partes do mundo e de diferentes tradições intelectuais, para expandir a compreensão da Sociologia como componente curricular.

Os autores seguem argumentando que as Ciências Sociais não deveriam ser entendidas como algo estático, mas como uma ciência em constante transformação. Afinal, a sociedade muda e, com ela, o saber científico se aprimora. Isso permitiria uma abordagem mais abrangente e crítica da sociedade, que leva em conta a diversidade cultural e as experiências de diferentes grupos sociais. Concomitante a esse fato, pensando na realidade brasileira, Rosa e Ribeiro (2019) apontam como os programas de Pós-Graduação sentem dificuldade em trabalhar com o material produzido por brasileiros. Tais programas privilegiam e levam em consideração trabalhos feitos por estrangeiros, e esse fato se agrava quando o recorte é estreitado por gênero e raça. Sendo assim, voltamos ao pensamento de Kilomba (2019), que aponta que o racismo não é algo que ficou no passado, mas está nas estruturas sociais no centro da política e na produção de conhecimento.

Ademais, se for considerada uma leitura interseccional (Collins; Bilge, 2021) do cordel de Arraes, estaremos promovendo uma leitura ampla de sociedade. Conforme nos apontam Collins e Bilge (2021, p. 34) “análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero para as mulheres de cor”. Fazer uma análise do conteúdo dos cordéis, a partir de uma perspectiva interseccional, propiciará uma leitura de mundo mais ampla e crítica.

Para Meirelles e Schweig (2008, p. 6) há duas possibilidades para o “modelo hipotético do processo de construção do conhecimento: refazendo o caminho percorrido pelo Educando”. Um dos caminhos propostos por Meirelles e Schweig (2008) parte da discussão abstrata, para o concreto, o mundo real, vivenciado pelos discentes, e volta para o abstrato. Assim, o percurso partiria da leitura abstrata do cordel, trazendo discussões teóricas acerca do que é a desigualdade (racial, social, de gênero a um só tempo). A partir disso, o docente de Sociologia traria referências da experiência vivida dos discentes, das realidades específicas da sala de aula. Por fim, compreendendo-se no mundo social, o estudante amplia seu arsenal teórico-conceitual. A um só tempo, a leitura sociológica dos cordéis de Arraes pode propiciar uma visão interseccional do mundo, vendo como as desigualdades sociais são complexas. E, ainda, incitar uma ampliação na gama de leitura dos discentes, proporcionando outras linguagens para além do livro didático na sala de aula. Desta forma, a própria leitura em si, a partir das lentes sociológicas, já é por si só uma alternativa para uma aula de Sociologia mais plural e antirracista.

Segunda Proposta

A segunda atividade que pode ser desenvolvida em sala é a criação de um *podcast* contando as histórias das mulheres apresentadas no livro. Essa atividade proporciona aos estudantes um aprofundamento nas histórias e estimula a criticidade. O professor pode orientar os discentes na pesquisa, roteiro, gravação e edição do *podcast*, além de incentivar a participação de convidados especialistas no assunto.

Essa possibilidade de mediação didática, somado aos princípios da Lei 10.639/03, beneficia ao estudante negro que tem sua identidade afirmada e valorizada no ambiente escolar. Alargar a discussão sobre as relações raciais em sala de aula é auxiliar na pavimentação da formação cidadã, a escola enquanto instituição estaria protegendo e valorizando a cultura afrobrasileira e africana, diminuindo as chances de baixa estima do estudante dentro do ambiente escolar (Cavalleiro, 2022).

Nilma Lino Gomes (2001) dispõe de um passo a passo para a construção de uma escola democrática, em primeiro lugar, estaria à revisão de valores e posturas considerados aceitáveis dentro do ambiente escolar. Geralmente, a escola sedia o chamado racismo recreativo, caracterizado por Moreira (2020) como um tipo específico de opressão racial que usa o humor como principal ferramenta. Moreira

(2020) discorre: “esse conceito designa uma narrativa na qual os que reproduzem o racismo se recusam a reconhecer suas ações ou omissões podem contribuir para a permanência de disparidades raciais” (Moreira, 2020, p. 31).

Então, quando um estudante se utiliza como forma de “brincadeira” estereótipos racistas em sala de aula, é papel do professor ter as ferramentas corretas para lidar com esse tipo de situação. Afinal, como coloca a escritora Chimamanda Adichie, “o problema com os estereótipos não é que eles sejam mentiras, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (Adichie, 2019, p. 26). E seria essa reprodução da história única uma das responsáveis pela manutenção do que chamamos de desigualdades duráveis, convencendo a população que o arranjo social no qual a sociedade se encontra é natural, dificultando a quebra do racismo no cotidiano.

Essa segunda possibilidade de exercício a partir dos cordéis de Arrid faz o segundo percurso do processo de construção do conhecimento descrito por Meirelles e Schweig (2008, p. 6). O fazer concreto de um *podcast* pode estimular a compreensão teórico-conceitual acerca do racismo, e, voltando ao concreto, trazer mudanças no comportamento cotidiano desses jovens. A imaginação sociológica permite que a Sociologia se utilize da criatividade, da realidade discente e dos contextos sociais para tornar a aula mais dinâmica, atrativa e mediada de uma maneira que se cruze com a vida do estudante. Como aponta Guimarães Neto, Guimarães e Assis (2012, p. 38), cabe ao professor estimular a criatividade dos estudantes e usar a imaginação sociológica como um “lugar privilegiado no exercício da mediação educativa”. Nessa mesma linha, autor segue:

Daí a necessidade de pensar o ensino da Sociologia, contextualizando, procurando entender as dinâmicas no cotidiano dos estudantes, sem perder a dimensão das estruturas sociais que se fazem presentes através dos mecanismos de controle social, instituições, elementos culturais (Guimarães Neto; Guimarães; Assis, 2012, p. 38).

Neste sentido, a Sociologia poderia ser considerada como um óculos social, que traria novas lentes para que os estudantes pudessem enxergar o cotidiano de uma outra forma.

Terceira Proposta

Por fim, a terceira atividade proposta é a realização de uma feira de cordel em conjunto com os professores de língua portuguesa ou literatura. Nessa atividade, os estudantes podem utilizar materiais visuais como cartazes, fotos e vídeos para apresentar a vida e as realizações das mulheres negras brasileiras. Isso pode ser uma ótima forma de envolver toda a escola na discussão sobre a história e a cultura afro-brasileira. O professor de Sociologia pode contribuir na organização e orientação dos discentes na escolha dos temas e na elaboração dos cordéis.

A realização de uma oficina de escrita criativa em que os estudantes possam expressar sua opinião e sentimentos sobre os conteúdos passados em aula. Essa atividade pode ser uma ótima forma de incentivar a imaginação dos estudantes e ajudá-los a se identificar com as histórias das mulheres negras brasileiras. O professor pode oferecer sugestões de gêneros textuais, técnicas de escrita e orientações para aprimorar a linguagem. Além de incentivar a criatividade discente, o professor vai incentivar uma leitura antirracista de mundo. O ganho é duplo: de um lado, aguçar uma produção textual própria, e, do outro, fortalecer um debate antirracista com lentes sociológicas.

Por fim, além dos exemplos já citados, o trabalho do livro de Arrid em sala de aula pode promover debates importantes, como por exemplo:

1. Estimular a reflexão sobre a história do Brasil; como já foi brevemente apontado ao longo do corpo do texto há um cânone acadêmico que consolidou a narrativa ocidental como a única possível. A partir disso, é fundamental que os estudantes possam se questionar e desconstruir a ideia de uma história única, que muitas vezes inviabiliza as contribuições e lutas de diferentes grupos sociais, como é o caso das mulheres negras brasileiras retratadas no livro. Além disso, o trabalho com a obra pode contribuir para a formação de uma consciência crítica por parte dos estudantes, ao evidenciar as desigualdades sociais e de gênero ainda presentes em nossa sociedade, bem como as possibilidades de resistência e luta dessas mulheres.

2. Promover o debate sobre sociabilidade e socialização. O professor pode apresentar as heroínas negras brasileiras do livro, discutindo as condições históricas e sociais em que elas viveram e as desigualdades enfrentadas por elas em diferentes momentos da história brasileira. O objetivo aqui seria estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre as diferentes formas de opressão e exclusão social que afetam as

mulheres negras no país. O livro pode apresentar exemplos concretos de sociabilidade e socialização presentes na cultura afro-brasileira, como a capoeira, o samba, a culinária e as religiões de matriz africana, estimulando o diálogo entre as diferentes culturas e a valorização da diversidade.

3. Além disso, o professor pode ficar livre para trabalhar com o cordel em uma sequência didática nas aulas, ou apresentando ao longo do semestre de forma isolada as influências dessas mulheres históricas aos estudantes.

Considerações finais

Tratamos neste artigo sobre a importância do ensino das Relações Étnico-Raciais dentro do componente curricular Sociologia, e como a literatura cordelista da Jarid Arraes pode ser uma aliada na hora do preparo das aulas. Embora a Cidadania apareça como um tema guarda-chuva dentro da BNCC é preciso considerar também o fato de que Sociologia, enquanto área de estudos tem nas relações étnico-raciais um de seus principais temas de estudo. Dessa forma, o ensino de Sociologia antirracista estaria não só em conformidade com a Lei 10.639/03 e a BNCC, mas dentro das discussões teóricas e metodológicas dessa ciência.

O livro Heroínas Negras Brasileiras nos dá munição para exercitar a imaginação sociológica (Mills, 1982) dos estudantes, à medida que temos diversas mulheres que conseguiram destaque nas mais diversas áreas do saber; são professoras, advogadas, escritoras, abolicionistas, vendedoras. Mulheres que usaram a cor de pele como fator para impulsionar e transgredir a realidade em que viviam.

Pensar numa educação para as relações raciais que aborda a importância dessas mulheres “comuns” é importante no ensino de Sociologia, pois trabalhar a diferença constitui uma parcela significativa do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes. Uma pedagogia dialógica nos fornece elementos para superarmos as barreiras impostas pelo racismo brasileiro.

Por mais que esses exemplos se deem no campo individual, irão fazer efeito de forma coletiva; as iniciativas de trabalho com a diversidade nos mostram que as escolas são um local importante para a equidade na educação. Ao invés de minar a autoestima de alunas e estudantes negros, os professores e as instituições se mostrariam disponíveis para trabalhar com essa temática sensível em sala de aula.

Destarte, teria o ensino da Sociologia esta perspectiva de proporcionar a

aprendizagem dos discentes de modo próprio, conseguindo fazer um paralelo entre os saberes sociológicos lecionados em classe com a historicidade brasileira. Como foi visto, o objetivo do componente curricular é despertar a curiosidade e o modo crítico do pensamento dos estudantes e, por mais que o professor dê exemplos de uma das mulheres negras trabalhadas no livro, começamos a dar rosto e nomes a mulheres que abrilhantaram a história e ressignificados a raça no Brasil.

Quanto ao ensino de Sociologia, seria o professor sociólogo capaz de trabalhar temas sensíveis com os estudantes, a raça não deveria ser um elemento paralisador, mas um elemento a mais na hora do preparo da aula. Como foi exposto ao longo do texto, se a base da sociedade brasileira foi composta por relações raciais, nada mais justo que a escola desnaturalizar como se deu essas relações e trazer símbolos e significados positivos para os estudantes.

Colocar em prática essa estrutura de exposição de aula mostra o compromisso da escola não somente com disciplinas isoladas, mas expandem os horizontes na hora da criação de projetos, programas curriculares, políticas de admissão. O objetivo da Lei 10.639/03, por fim, estaria concretizado, já que seria a escola um espaço possível de articulação e domínio das relações raciais.

Enquanto ao livro, *Heroínas Negras Brasileiras* consegue com simplicidade falar com diversos públicos. A autora nos apresenta essas mulheres que fizeram parte de momentos históricos da nossa história de um modo especial, único e cativante. Por ser um livro que se preocupa com o social, também é um livro de caráter sociológico, assim, não seria pesado para o professor de Sociologia trabalhar com essas mulheres no cotidiano de suas aulas.

Referências

- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological Theory Beyond the Canon**. Londres: Palgrave/Macmillan, 2017, p. 1-15.
- ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis** [ilustrações Gabriela Pires]. 2.ed. São Paulo: Seguinte, 2020.
- BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Mônica Ribeiro. JUVENTUDE(S) E ENSINO MÉDIO: da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem-nem. **Revista Contrapontos**. Itajaí, v.17, n.4., out-dez 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/10265>. Acesso: 20 dez. 2022.

BODART, Cristiano das Neves. Um retrato das pesquisas sobre livros didáticos de sociologia no Brasil. **Revista Cadernos de Campo**. Araraquara, n. 31, p. 293-326, jul./dez. 2021. E-ISSN 2359-2419

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, p. 496-513, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, Ministério da Educação, 2004.

CARMO, Erinaldo Ferreira; OLIVEIRA, Érica Patrícia Barbosa. **Relatos de experiências na utilização de filmes no estudo da história e da cultura dos povos africanos**. In: TORRES, Adriana; XIMENES, Lavínia; DINIZ, Madson. (Org.). **Formação Docente: o espaço escolar como campo de investigação e inovação pedagógica**. 1 ed. Recife: UFPE, 2018, v. 1, p. 63-84

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação infantil**. 6.ed, 8.reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SOUZA E CRUZ, E. A.; OLIVEIRA, L. F.; FERREIRA LINS, M. R.. Ensino de Sociologia Antirracista: reflexões sobre formação docente. **Revista Inter-Legere**, v.1, n.18, p. 32-57, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/10813>. Acesso em: 10 dez. 2022

CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES NETO, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Arcanjo de. **Educar pela Sociologia: Contribuições para a Formação do Cidadão**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

COIMBRA, C. L. GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis, Vozes, 1995. **Ensino em Re-Vista**, 2010. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7856>. Acesso em: 20 dez. 2022

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.

MEIRELLES, Mauro; SCHWEIG, Grazielle Ramos. Para além dos muros da Universidade: contribuições da Antropologia para a Lei 10.639/03 e o parecer 38/06 do CNE/CEB. In: Reunião Brasileira de Antropologia, n.26, 2008, Porto Seguro, **Anais...** Porto Seguro: ABA, 2008, p.1-10.

MILLS, Charles. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MUNANGA, Kabengele. 2015. Por que ensinar história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/107184>

MUNANGA. **Negritudes: usos e sentidos**. 4.ed, 2.reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

ROSA, M. C.; RIBEIRO, M. A. P.. Como se faz teoria social no Brasil? Historiografia, extroversão intelectual e avanços (2010-2019). **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 94, p. 1-20, 2021. (publicada em agosto de 2020). Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/151>.

SILVA, Carmem Lucia Bissoli; MACHADO, Marcelino Lourdes. **Nova LDB trajetória para**

a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César. **Sociologia**. Coleção Explorando o Ensino, v.15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

Recebido: 06 mar 2023

Aceito: 12 jun 2023